

SAICM

O DIREITO DE SABER!
ANO I - Nº 02 - FEVEREIRO DE 2010



Brasil

Gerenciamento de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado

Grupo de Monitoramento da Implementação da Resolução CONAMA 362/2005 vai realizar oficina no Rio de Janeiro.

O GMP, como é conhecido o Grupo criado pela Resolução CONAMA 362/2005 vai realizar uma oficina em março, no Rio de Janeiro, sobre "Gerenciamento de Óleo Lubrificante Usado ou Contaminado".

O objetivo é capacitar agentes e funcionários ambientais para interpretar

corretamente as provisões da Resolução 362/2005 do CONAMA e implementarem corretamente as exigências no processo de licenciamentos ambientais de atividades relacionadas. O evento será realizado juntamente com o Encontro da ANNAMA do Rio de Janeiro.

Brasil vai começar a desenvolver o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes

Oito anos depois de assinar a Convenção (2001), que só foi ratificada em 2004 pelo Congresso Nacional, agora o governo começa o Projeto de Desenvolvimento do Plano Nacional de Implementação, que é uma das exigências da Convenção. O projeto será feito com base em um Acordo de Cooperação Técnica que foi publicado no Diário Oficial da União em dezembro de 2009.

Para executar a ação inicial preparatória para a execução do projeto, o Ministério do Meio Ambiente vai realizar um seminário na CETESB, em São Paulo, para expor os detalhes do projeto e coletar contribuições.

Atualmente o laboratório da CESTEB é Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a América Latina e Caribe.

Danos Ambientais causados por Cimenteiras

ODESC de Minas Gerais lança relatório sobre danos ambientais e à saúde pública causados por cimenteiras

A ONG ODESC, de Barroso, Minas Gerais, que luta há anos contra a poluição causada pela incineração de resíduos perigosos pelas cimenteiras da região, lançou o relatório "HOLCIM S.A.: brincando de DEUS!", por Valéria Nacif. O relatório mostra a luta do povo de Barroso contra os danos causados pela empresa Holcim, os problemas de saúde da população, sua impossibilidade de acessar as informações sobre as emissões atmosféricas e

as práticas da empresa, as ameaças que sofre por parte da cimenteira, a omissão dos órgãos públicos de saúde e de meio ambiente, entre muitas outras informações. Também contém uma análise sobre os impactos da incineração (e co-incineração) de resíduos. Para ler o relatório acesse:

<http://noalaincineracion.org/informes/informacao-em-portugues>

CHUMBO NAS TINTAS:

SUVINIL, RENNER e DACAR

não cumprem a lei



A APROMAC lançou em 2009 um relatório produzido com ONGs de outros 9 países, no qual comprova que várias tintas brasileiras contêm níveis de chumbo muito acima de 600 partes por milhão (ppm), limite máximo permitido pela lei nº 11.762/2008.

A tinta esmalte amarela da marca Renner foi a amostra que mais apresentou o metal na sua composição:

mais de 170.000 ppm de chumbo, quase 300 vezes acima do limite permitido. As amostras de esmalte vermelho das marcas Suvinil e Dacar continham, respectivamente, 20.957 ppm e 19.080 ppm de chumbo. O esmalte amarelo da Suvinil e o esmalte laranja da Dacar apresentaram, respectivamente, 66.125 ppm e 60.713 ppm.

Já as amostras de tinta esmalte das marcas Coral (Coralit) e Sherwin Williams (Novacor) têm conteúdo de chumbo que varia entre 53 e 0 (zero) ppm. [Veja tabelas abaixo]. Todas as amostras foram analisadas pelo laboratório indiano Delhi Test House, que é certificado pela Diretoria Nacional de Certificação para Laboratórios de Teste e Calibragem (NABL), de acordo com os Procedimentos Operacionais Padronizados para Chumbo em Tintas PB92-114172 (1991) e SW846-740 (2001) da Agência Ambiental dos

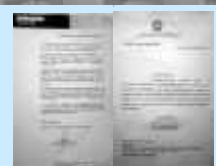
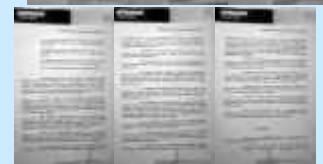
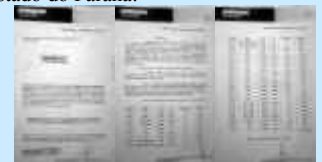
Estados Unidos (EPA). O limite estabelecido pela lei brasileira para chumbo nas tintas é muito alto, fora da realidade internacional, no entanto nem isso está sendo cumprido.

O envenenamento por chumbo pode causar danos no sistema nervoso e reprodutivo, pressão alta e perda de memória, entre outros sintomas.

Em vista da omissão das autoridades que até o momento não iniciaram qualquer ação positiva visando ao cumprimento da lei, a APROMAC decidiu entrar com uma representação ao Ministério Público Federal para exigir que as autoridades cumpram suas funções e fiscalizem todos os fabricantes e importadores de tintas do país.

O Ministério Público Federal, através do Procurador da República Dr. Luis Sérgio Langowski, comunicou a abertura do procedimento administrativo 1.25.000.000083/2010-92 para investigar o assunto.

Veja abaixo, a petição e a resposta da Procuradoria da República no Estado do Paraná:



(Documentos disponíveis em www.apromac.org.br)

TRANSGÊNICOS: Aumenta o Perigo

Brasil ultrapassa Argentina e se torna o segundo maior produtor mundial de transgênicos

Um estudo feito pelo ISAAA, uma entidade patrocinada pelas empresas de biotecnologia que emite um ranking anual dos produtores de transgênicos, o Brasil cultivou 21,4 milhões de hectares de grãos geneticamente modificados em 2009, tendo crescido 35,4 % em relação a 2008. Essa foi a maior expansão entre os 25 países produtores de transgênicos.

O Brasil começou a plantar o milho Bt em 2008,

transgênicos?



não obrigado!

expandindo a área cultivada em 400% em 2009. O Brasil também planta soja e algodão transgênicos em quantidades gigantescas, embora ainda não se saibam quais os efeitos dos transgênicos sobre a saúde e o meio ambiente.

Além disso, os transgênicos exigem cada vez mais o uso intenso de agrotóxicos, aumentando a contaminação do solo e das águas, além dos próprios alimentos.

Governo Brasileiro não está preocupado



O Governo brasileiro, no entanto, não parece estar preocupado com isso. Ao contrário, mantém no Ministério da Agricultura um ministro que vem pressionando a ANVISA para que deixe de cumprir a lei e reavaliar os ingredientes ativos de agrotóxicos com a finalidade de bani-los do mercado, para não prejudicar os negócios dos grandes proprietários rurais. A consequência direta disso é que o país vai consolidando sua imagem de paraíso internacional do comércio de substâncias tóxicas.

Segundo a reportagem de Evandro Éboli publicada pelo jornal O Globo em 31-01-2010, o Ministério da Agricultura, através do ministro Reinhold Stephanes, juntamente com a "bancada do agronegócio" e os fabricantes de agrotóxicos, quer que a ANVISA suspenda a fiscalização e libere a comercialização de agrotóxicos no país, muitos deles já proibidos e banidos na China, na União Européia e no Paraguai.

Veja a lista dos produtos que já deveriam estar

banidos há muito tempo no Brasil:

- **ABAMECTINA:** O produto pode provocar aborto ou má-formação. É proibido na Nova Zelândia.
- **ACEFATO:** Pode causar danos no cérebro e nos nervos e provocar câncer a longo prazo. É proibido em toda a Comunidade Européia.
- **CARBOFURANO:** Provoca sintomas graves, que aparecem em um ou poucos contatos com o produto e pode levar à morte. É proibido na Comunidade Européia, Estados Unidos, Líbia e Canadá.
- **CIHEXATINA:** Pode causar câncer, aborto e má-formação no feto. Pode atingir o cérebro e os nervos. É proibido no Japão, Estados Unidos, Canadá, China, Áustria e Comunidade Européia.
- **ENDOSSULFAN:** Pode alterar o funcionamento de várias glândulas, como tireoide, e atingir órgãos como ovários, testículos e o pâncreas. É proibido na Comunidade Européia, Índia, Burkina Faso, Cabo Verde, Nigéria, Senegal e Paraguai.

- **FORATO:** Causa vários sintomas graves que podem levar à morte e tem capacidade de provocar danos no cérebro e nos nervos. É proibido nos Estados Unidos, na Comunidade Européia, na Tailândia e na Austrália.
- **METAMIDOFÓS:** Pode causar danos no cérebro e nos nervos e outros sintomas graves, com risco de morte. É proibido na Comunidade Européia, Paquistão, Kuwait, Indonésia e China.
- **TRICLORFOM:** Pode causar câncer, má-formação no feto, além de atingir o cérebro. É proibido na Comunidade Européia.

A questão foi levada para a CONASQ Comissão Nacional de Segurança Química, pela representante do FBOMS (Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável), Zuleica Nycz, que solicitou uma posição da comissão.

A Comissão ouviu palestras dos técnicos da ANVISA, do IBAMA e do Ministério da Agricultura, e decidiu que irá emitir uma recomendação sobre o assunto.

Estado do RIO DE JANEIRO proíbe o agrotóxico ENDOSULFAN

Depois da tragédia do vazamento de ENDOSULFAN no Rio Paraíba do Sul em 2009, o Governo do Estado do Rio de Janeiro resolveu proibir a utilização, produção, distribuição e comercialização do veneno.

*LEI Nº 5622, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009.
PROÍBE A UTILIZAÇÃO, PRODUÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E
COMERCIALIZAÇÃO DO PRODUTO ENDOSULFAN NO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO.*

*O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

Art. 1º Fica proibida a utilização, produção, distribuição e comercialização do produto Endosulfan em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 2009.

*SERGIO CABRAL
Governador*

Resolução 421 do CONAMA disciplina a discussão sobre dragagens no Brasil

Após enfrentarem muitos obstáculos políticos, diversos acadêmicos, técnicos ambientalistas e dirigentes portuários do Brasil conseguiram que o CONAMA aprovasse a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para propor regras e parâmetros adequados e atualizados para o licenciamento ambiental de dragagens.

A Resolução CONAMA 421 de 2009 estabelece a criação do GT para que este se dedique a revisar a resolução 344/2004. Essa resolução de 2004 é bastante limitada e não prevê regras para o licenciamento ambiental dessa atividade. O processo de licenciamento ambiental é extremamente importante para atividades de impacto ambiental e à saúde humana porque estabelece as condicionantes que devem ser cumpridas como objetivo de controlar ao máximo a ocorrência de danos ambientais durante os trabalhos e também permitir que as populações vulneráveis aos efeitos adversos dessa atividade participem apresentando suas demandas, reclamações e sugestões.

O GT terá um pouco menos de 24 meses para apresentar uma proposta para a Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental do CONAMA.

Anvisa vai discutir o mercado de agrotóxicos

O Brasil é o país que mais consome agrotóxicos em todo mundo. Não apenas mais do que o resto do mundo, mas muito mais do que o consumo dos outros países do mundo somados juntos. Só em 2008, o comércio desses produtos movimentou mais de US\$ 7 bilhões no país.

Para discutir o impacto do mercado sobre a regulamentação de agrotóxicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realiza, no próximo dia 11, seminário sobre o tema, em Brasília (DF).

Na ocasião, serão apresentados os dados sobre o setor de agrotóxicos no Brasil. Participam do seminário, representantes da Casa Civil da Presidência da República, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, setor produtivo de agrotóxicos, universidades, entre outros.

O debate irá subsidiar ações estratégicas da Agência relacionadas ao uso, controle e regulação dos agrotóxicos.

Mundo

O risco ecológico do lixo eletrônico

O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) prevê sérias conseqüências para esta década das montanhas de resíduos perigosos e tóxicos que se acumulam sem nenhum controle nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. A ONU pede que esses países adotem medidas urgentes contra o grave problema ambiental e de saúde pública devido ao crescimento "exponencial" de lixo eletrônico em países como a China, Índia e Brasil. Segundo o PNUMA, só este ano já foram geradas 40 milhões de toneladas de resíduos de computadores, impressoras, telefones, câmaras, aparelhos de música e frigoríficos abandonados. Um documento emitido pelo PNUMA declara a urgência de estabelecer um processo ambicioso e regulado de coleta e gerenciamento

adequado do lixo eletrônico.

O Brasil, a Índia e a China serão os principais afetados por esta crise e vão enfrentar crescentes problemas ambientais e de saúde pública.

O documento também informa que a maioria dos eletrodomésticos e dispositivos eletrônicos de uso habitual em residências e empresas contém dezenas de componentes perigosos.

Para enfrentar isso, esses países precisam desenvolver programas integrais de reciclagem, embora o PNUMA admita que será necessário estabelecer um sistema de transferência de tecnologia dos países mais industrializados. O PNUMA também reconhece que as soluções exigem a participação de toda a comunidade internacional. Segundo Donald Cooper, especialista em resíduos

perigosos do PNUMA, é preciso chegar até as pessoas afetadas por essas substâncias químicas e dotar os atores locais, nacionais e regionais de alternativas para lidar com o problema. Uma das propostas é a criação de "centros de gerenciamento de resíduos eletrônicos" nos países em desenvolvimento, integrando-os a sistemas de coleta dos resíduos existentes. O PNUMA também adverte que haverá resistência do setor que até o momento tem lucrado com a reciclagem de produtos eletrônicos de forma incorreta, e que problemas surgirão por falta de estrutura. A proposta do PNUMA é enviar os componentes especialmente perigosos, entre os que estão nos circuitos integrados e nas pilhas, para países industrializados com capacidade para processá-los adequadamente.

Argentina e Filipinas lideram os países do mundo na substituição de MERCURIO em dispositivos médicos

Na Argentina está proibida a produção, importação, venda ou transferência livre de esfigmomanômetros contendo mercúrio. Enquanto isso, a Rede Saúde Sem Dano tem solicitado às farmácias argentinas que parem de vender termômetros com mercúrio, mostrando que existem alternativas disponíveis no mercado. Quase ao mesmo tempo nas Filipinas a Secretária de Saúde, Dra. Esperanza Cabral, anunciou que seu departamento suspendeu as licenças para venda de termômetros e sfigmomanô-

metros contendo mercúrio.

A intenção agora do governo filipino é banir as importações de todos os produtos de saúde contendo mercúrio.

A secretária também vai liberar recursos orçamentários para os hospitais comprarem aparelhos e dispositivos sem mercúrio e assinar uma declaração conjunta com a Rede Saúde Sem Dano pedindo aos candidatos eleitorais que apoiem um sistema de saúde sem mercúrio, entre outras atitudes positivas.

Boletim do SAICM – Enfoque Estratégico para o Gerenciamento Internacional de Substâncias Químicas – Fevereiro/2010 – Ano I – N° 02 - Publicação da APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - em parceria com a Rede IPEN. Coordenação Executiva: Zuleica Nycz. Email zu.terra@terra.com.br - Sites de referência: www.apromac.org.br - www.ipen.org - www.saicm.org - www.toxiclink.org - www.amarnatureza.org.br - Composição: Editora CiaPress Ltda.

Visite nosso site:

A APROMAC é uma organização ambientalista não governamental, membro da Rede de Eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes-IPEN, e está fazendo a sua parte para que possamos chegar a um tempo em que todas as substâncias químicas sejam produzidas e usadas de maneira que não causem efeitos adversos sobre a saúde humana e o meio ambiente; um tempo no qual essas substâncias não mais poluam nossos ambientes locais e globais, e não mais contaminem nossas comunidades, nossos alimentos, nossos corpos e, o mais importante, as nossas crianças e das gerações futuras.

www.apromac.org.br
www.apromac.org.br/saicm.htm